

Consuelo Alfaro
(Faculdade de Letras/UFRJ)

As Políticas Lingüísticas e as Línguas Ameríndias

Para formular algumas questões com intuito de contribuir para um balanço histórico do destino das línguas na América Latina, uma representação do passado na tradição andina pode servir de metáfora. Essa imagem evoca o tempo como um movimento circular em que o presente e o passado são um só, confundindo-se. Essa representação do passado contrasta sensivelmente com a das línguas e culturas européias que o localizam dentro de uma perspectiva linear, como uma noção anterior ao presente, traço que está gramaticalizado nas categorias de aspecto e tempo. Qualquer que seja a representação, para discutir perspectivas, é relevante avaliar a relação com esse passado que nos acompanha, invisível, mascarado, especialmente quando se encontra incorporado ao 'senso comum' do dia-a-dia.

Na Ameríndia, o processo histórico da conquista transformou a experiência coletiva e individual, com conseqüências nas formas e usos lingüísticos das comunidades e nas atitudes dos falantes ante suas próprias línguas e as demais. As línguas que se constituíram como 'nacionais', na acepção correlata a Estados modernos, só desempenharam um papel hegemônico após uma série de estratégias políticas que incluíram o uso das mais importantes línguas, de base indígena, do ponto de vista demográfico, as chamadas Línguas Gerais.

O processo de intervencionismo e planejamento é acionado pelas duas instâncias de poder, a Igreja, o órgão formulador e implementador dessa política, através da práxis das ordens missionárias - com especial ênfase na ordem jesuítica - e a instância política, a Coroa, o órgão sancionador, através do corpo de medidas legais, que dão força de lei a essas propostas.

A catequese constitui uma prática social importante por ser um dos eixos administrativos no ordenamento social. Para viabilizar essa empresa, são tomadas algumas decisões, é produzido conhecimento descritivo das línguas e são propostas linhas de ação. Talvez um olhar histórico possa contribuir para dar inteligibilidade ao presente, quando as constituições dos Estados modernos apresentam um discurso norteado por princípios que, muitas vezes, contradizem as práticas administrativas, implementadas pelas políticas locais.

UMA VISÃO HISTÓRICA: PRESSUPOSTOS

Uma das primeiras avaliações dos conquistadores, assinaladas em diários e crônicas após os primeiros contatos americanos, é que tratava-se de um continente caracterizado por uma grande diversidade étnica. No caso da região andina, no período pré-hispânico, segundo a descrição do índio cronista Guamán Poma em 1616: “...*en todo este rreyno salieron de muchas maneras de castas y lenguages de yndios; es por la causa de la tierra porque está tan doblado y quebradas, torcieron las palabras y ancí ay muchos trajes y ‘ayllo’ [parcialidad]*” (Guaman Poma, 1987:57).

Trata-se, portanto, de uma realidade lingüística bastante diversificada e com diferentes graus de inteligibilidade. O projeto de reduzi-la, deve, portanto, enfrentar essa variedade e as dificuldades de intercompreensão.

O Estado/ Igreja colonizador define metas que, a curto e longo prazo, implicam a produção de descrições lingüísticas e material nas línguas descritas assim como ações para normatizar. Tornar as línguas inteligíveis, ‘domesticadas’ ao pensamento europeu é uma das estratégias para resolver os problemas de comunicação com vistas a uma pan-comunicação. Num primeiro momento, imaginase um uso ideal genérico do castelhano, como pode se inferir pelas *Leyes de Burgos*, para, posteriormente, aceitar as línguas gerais indígenas para essa função.

Como à América não chegaram só delinquentes e presidiários, como as vezes o senso comum generaliza, senão mas bem uma ‘amostra’ aleatória da composição social da Espanha de então, também vieram intelectuais, portadores de uma tradição, trazendo uma experiência da política lingüística castelhana em curso, em plena etapa expansiva, dentro da própria península ibérica. No século XVI, as diferentes línguas romance - e a não-romance - na península, constituem um elemento forte de identidade. Frente às dificuldades de implementar uma política castelhanizante ‘à outrance’, os documentos evocam a própria diversidade da península. Na *Consulta del Consejo de Indias con Felipe II*, que discute as causas que levam a ordenar os índios a falar em espanhol (1596), a argumentação levantada compara a função não hegemônica da *lengua general* falada no mundo andino com o castelhano, à língua geral da península:

hay mucha variedad de lenguas: porque aunque en el Perú se platica y habla comunmente la general que llaman Inca, hay en provincias y lugares particulares de indios otras lenguas diferentes que no entienden los que saben la general, como en España la vizcaína, portuguesa y catalana y otras; (Solano, 1991:114)

Embora a península tivesse atingido uma relativa unidade lingüística, com base na expansão do uso do castelhano, esse ainda não era hegemônico, nem ‘estável’. A experiência da diferença e da variedade dialetal está na memória imediata e é ‘sofrida’ por grande parte dos que chegam à América.

Um outro fator importante para avaliar a formulação da política lingüística diz respeito à escrita, um dos impactos mais fortes que marca as relações entre as sociedades e suas línguas. Grande parte da massa composta por diferentes escalões dos conquistadores não era letrada. Entretanto, todos reconhecem na escrita uma função de registro que está em processo de apropriação coletiva. Uma cena emblemática deste impacto está nas diferentes versões da queda do Império Inca, atribuído ao ‘desconhecimento’ dos valores

sagrados da escrita por parte de Atahualpa. A versão étnica andina dos ‘acontecimentos’ coloca na oposição oral/escrita a matriz do conflito.

Quando o Inca recebe a comitiva dos espanhóis, frei VicenteValverde ...*lleuando en la mano derecha la crus y en la izquierda el breuiario...* entrega a Bíblia, como parte do *Requerimiento* - um discurso bélico que invoca a autoridade do Papa como Senhor do mundo e do Rei como senhor desses domínios para exigir a obediência dos índios.

“...le dize al dicho Atagualpa Ynga que también es enbajador y mensaje de otro señor, muy grande amigo de Dios y que fuese su amigo, y que adorase la crus y creyese el euangelio de Dios y que no adorase en nada, que todo lo demás era cosa de burla. .. Y preguntó el dicho Ynga a frei Uicente quien se lo auía dicho. Responde fray Uicente que le auía dicho euangelio, el libro. Y dixo Atagualpa, “dámelo a mi el libro para que me lo diga. “ Y anci se la dio y lo tomó en las manos, comensó a oxear las ojas del dicho libro. Y dize el Ynga:”que como no me las dize? ¡Ni me habla el dicho libro! Hablando com grande magestad, asentado en su trono y lo echó el dicho libro de las manos... fray Uicente dio bozes y dixo: “Aquí caualleros, com estos yndios gentiles son contra nuestra fe! Y don Francisco Pizarro y Diego de Almagro de la suya dieron bozes y dixo: “Salgan caualleros, contra estos ynfeiles que son contra nuestra cristiandad y de nuestro emperador y rrey...”

(Guamán Poma¹: [1616] (1987): 392)

A escrita alfabética dos europeus representa uma prática cultural inédita que atinge de maneira drástica às sociedades andinas, cujas instituições sociais estão formatadas em diferentes registros, nos marcos da oralidade. A experiência de letramento no Castelhana vem da época alfonsina e está associada à escolha de uma variedade como a normativa, no caso, a toledana, que desde o século XIII vem desenvolvendo discursos jurídicos, didáticos, científicos, historiográficos, recreativos, que a legitimam como língua literária. A base da primeira normalização foi o castelhano de Toledo, ainda que possa ser observada uma certa permissividade quanto à aceitação de outras variedades. Isto significa que esta norma tem sido um padrão de referência ideológica e marco de uma política linguística. Isto também está na memória do clero ‘ilustrado’ que levará a cabo a política de línguas na região andina, quando deverá se tomar decisões sobre as escolhas e o procedimento de normatizar a língua escrita em que deve se divulgar o catecismo.

Por último como subsídio para analisar os pressupostos da política de línguas, cabe assinalar a tradução como uma das práticas mais marcantes na configuração e formação de um *corpus* na língua escrita. Na Corte toledana, no período alfonsino, grupos de eruditos, fluentes nos registros cultos nas línguas clássicas, especialmente hebreu e árabe, formaram uma espécie de colegiado, para traduzir ao castelhano a produção literária dessas línguas. A tarefa de traduzir passava por deliberações sobre ‘fidelidade’ e qualidades textuais das versões ao castelhano, que configuram uma importante tradição. Quando, na América, é discutida a língua em que deve ser difundido o ideário cristão, dentro dessas tarefas, além da escolha da língua, a tradução ocupa um lugar importante nessa estratégia.

¹ Felipe de Ayla é o nome hispânico de Guamán Poma, um índio ladino de origem quechua.

Desta forma, os Concílios Provinciais assumem a responsabilidade de produzir uma *traducción auténtica del Catecismo y Doctrina Cristiana* para ser difundida, função que será delegada a *personas doctas y hábiles en lengua que hiciesen la dicha traducción*.

(Solano, 1991: 85) Este é o modelo de política lingüística trazido na bagagem do clero letrado - uma minoria nas hostes conquistadoras. Passado o impacto tipológico, o modelo será implementado nas propostas políticas das bases americanas, norteando as diretrizes metropolitanas.

A DESCRIÇÃO LINGÜÍSTICA

A tarefa de tornar as línguas inteligíveis, será encomendada a ‘especialistas’. Alguns elementos devem ser apontados na produção de Dicionários, Vocabulários, *Artes*, Gramáticas para caracterizar essa produção nos cem primeiros anos da conquista. O episódio ultra-conhecido na ocasião do emblemático lançamento da *Gramática Castellana* de Antônio de Nebrija (1492), “a língua como companheira do império” evidencia a percepção política das relações entre Estado e língua, ou melhor, entre política imperialista e hegemonia lingüística. No entanto, a descrição gramatical proposta por Nebrija teve uma outra relevância, as vezes não tão visível porque ofuscada pelo seu impacto político.

Para dar conta das línguas ameríndias, os modelos descritivos seguiram tanto a teoria gramatical que representa um avance para a época, quanto a organização das entradas léxicas pontificadas na obra de Nebrija, principalmente na *Gramática Latina* (1482), que constitui um referencial descritivo importante, e no *Vocabulário hispano-latino* (1495). A *Gramática* quechua de Domingo de Santo Tomás (1560) é um exemplo: o autor assume explicitamente o modelo de Nebrija. Outras Gramáticas, também no caso do quechua, ainda que não a mencionem, usam como critério taxonômico, as oito partes da oração da Gramática latina nebrisense. O mesmo ocorre com a descrição das línguas do México. Um outro exemplo ilustrativo é o caso de Alonso de Molina, que tanto na *Arte da Língua Mexicana* (1571) quanto na elaboração do primeiro *Vocabulário Lengua Castellana y Mexicana* (1555) em base ao *Vocabulário de Romance en Latín* de Nebrija, reivindica essa fonte. Não são casos aleatórios; no século XVI foram importadas para a América, 53 *artes* de Nebrija.

Outro fator que deve ser levado em conta é que o século XVI é bastante profícuo na reflexão sobre a língua. As discussões contidas no *Diálogo de la Lengua* (1535) dos irmãos Valdés e a obra de Juan de Vives *Arte de hablar* (1532) configuram uma reflexão meta-lingüística que contrasta e complementa as gramáticas. A formulação das gramáticas deve satisfazer basicamente duas necessidades: sistematizar a língua, à maneira das línguas clássicas, particularmente o Latim, e tornar possível o seu ensino, com destaque à postura normativa. É nesse contexto de grande efervescência intelectual que se dá a volumosa produção descritiva das principais línguas ameríndias. Claro está que essa produção é qualitativamente desigual; porém, essas descrições seguiam a proposta ‘teórica’ mais avançada da época e, em muitos casos, foram mais longe do que o modelo lhes permitia. Frei Domingo de Santo Tomás, descobrirá as limitações da gramática romance quando descreve alguns morfemas discursivos quechua. O mesmo pode ser dito de Anchieta na sua descrição do Tupinambá, cuja primeira versão foi escrita em 1560 e só publicada em 1595. Aryon Rodrigues (1997) assinala o distanciamento do autor das fórmulas romance quando, por

exemplo, observa que a língua tupinambá não apresenta a flexão do caso nominativo, considerada na época um ‘universal’ em função dos moldes latinizantes. A sua observação apurada e o seu discurso abstrato faz com que não cumprisse com os objetivos didáticos prescritos para as gramáticas. Foi mais lingüista que gramático, mais cientista que didático.

Por outro lado, as línguas vulgares, nesse momento, começam a despontar e a disputar, em algumas partes da Europa, o *status* de línguas administrativas ou, como sugere Anderson (1983), línguas - do - poder. Nesse sentido, a produção gramatical e lexicográfica dessas línguas constitui um poderoso instrumento de legitimação dessas aspirações. Sobretudo porque, até o século XV, só as línguas clássicas e, em especial o Latim, como língua culta, tinham acesso a essa produção como uma forma de legitimar o saber. Paralelamente, a difusão da tipografia proporciona a essa produção vulgar reprodutibilidade e disseminação. É especialmente significativo que a produção de gramáticas e vocabulários de línguas ameríndias seja contemporânea à das línguas vulgares. As gramáticas tarasco (1558), quechua (1560), náhuatl (1571) e zapoteco (1578) foram publicadas antes das gramáticas holandesa (1584) e inglesa (1586). Essa agilidade na divulgação se deve em parte, ao fato de que algumas das ordens religiosas contavam com uma infra-estrutura que lhes permitia responder a esta demanda.

Contavam com máquinas tipográficas trazidas para imprimir e publicar na América, ainda que essa produção não desse conta dos estudos que ficaram manuscritos. O caso brasileiro é um caso à parte pela interdição dessa prática.

Esta visão superficial e panorâmica, não generalizável, serve para mostrar que a produção das primeiras abordagens das línguas teve conseqüências. As dificuldades pelas quais passaram os gramáticos para descrever essas línguas dentro dos cânones nebricenses proporcionaram um verdadeiro exercício de criatividade, pode se dizer, de natureza formal. Esta é uma das formas, mais elaboradas, de reconhecer a ‘alteridade’. A parte visível das metas traçadas, no que se refere à ‘inteligibilidade’, está nos Vocabulários. Neste campo, pode se dizer que a forma de abordagem das línguas, dominada pela premência comunicativa, acabou debatendo a língua não só como um conjunto de ‘formas’ mas como um lugar de significados. Nesse espaço, as aproximações às manifestações culturais produzem um impacto na forma de se representar a própria cultura.

Entretanto, é importante destacar o contexto histórico para entender os desdobramentos ideológicos implicados nessa tarefa. Como o objetivo era construir um universo de conceitos cristãos adequando o léxico indígena, termos enraizados nas tradições religiosas andinas são também silenciados, porque são objeto de erradicação, como parte das idolatrias. Ainda assim, a estes lingüistas/ etnólogos da época se deve uma grande parte da documentação, registrada em trabalho de campo, recolhida em documentos históricos.

POLÍTICA DE LÍNGUAS E CATEQUESE

Embora a linha descritivista tenha uma visibilidade, observada na volumosa produção de gramáticas e dicionários, a atuação política não possui as mesmas características. A documentação mostra as vacilações e, sobretudo, a sua entranhável vinculação com o projeto de catequese. Para abordar a região andina, é importante salientar que existem

políticas com conseqüências lingüísticas, anteriores à chegada européia. O Quechua está constituído hoje por um conjunto de dialetos - falados ao longo da cordilheira dos Andes, do Equador até o noroeste argentino, compreendendo também zonas tropicais da Colômbia, Equador e Peru. Os lingüistas Torero (1964) e Parker (1963) sustentam a classificação em dois grandes grupos: um Quechua II (QII) de maior uso e difusão que, localizado de norte a sul, é o internacional; o outro é o Quechua I (QI), compacto e bastante dialetalizado, localizado na região central. As diferenças fonológicas e morfológicas, que segundo Cerrón Palomino são responsáveis pela ininteligibilidade, remontam, a não menos de 300 e, no máximo, a 1.500 anos, propondo um Proto-QI para a zona central e um Proto-QII litorâneo.

A situação lingüística, já configurada antes da chegada dos espanhóis, apresenta uma relativa 'unidade' em torno ao quechua que coexiste dentro de uma grande diversidade lingüística: a coexistência se dá com línguas aparentadas da família aru, assim como com línguas de troncos diferentes, também com diversos graus de dialetalização. Este panorama era o resultado não só de processos de expansão dos povos andinos, como também das formas de conquista e expansão incaicas. A política de povoamento dos governantes cusquenhos tinha como modelo um tipo de '*aménagement*' territorial em que grupos étnicos eram trasladados massivamente de um lado a outro do Império. Esse transplante teve conseqüências lingüísticas, segundo o peso demográfico do grupo. A assimilação lingüística ao entorno acontecerá quando se trata de grupos pequenos; no caso contrário, desenvolverão, segundo Cerrón Palomino, uma *koiné* com base na língua dominante. Como a invasão das regiões extremas (sul, norte) pelos Incas era recente quando da chegada dos espanhóis, muitos grupos mantinham suas línguas étnicas, e eram bilingües/ diglössicos com essa *koiné* de base quechua, com um bilingüismo seletivo, isto é, não extensivo a todos os membros da comunidade. Isto aparece nas observações dos gramáticos, tanto da língua quechua quando descrevem a sua extensão, quanto de algumas línguas minoritárias, por exemplo da língua Yunga ou Mochica na região litorânea do norte.

Essa profusão de línguas já consignada por cronistas espanhóis e índios, caminhava para a formação de uma língua, denominada pelos cronistas e missionários como *lengua general*, *lengua del Inga* ou *Lengua del Cuzco* que havia servido de comunicação na administração incaica. O cronista Cieza de León disse sobre essa língua "*fue harto beneficio para los españoles aver esta lengua pues podian com ella andar por todas partes*" e isso era o resultado dessa longa e cuidadosa política territorial, anterior à sua chegada. Essa língua geral servia para a administração incaica porque garantia a comunicação de diferentes redes do Império: administrativa, política, econômica. Esta língua é adotada pelos últimos imperadores cusquenhos e, mais tarde, pelos próprios conquistadores, como instrumento de conquista e colonização. A língua geral funciona até nas áreas periféricas; mesmo sem ser universal, é usada pelos governantes locais, burocratas e comerciantes.

Quando os cronistas se referem à Língua Geral ou Língua dos Incas, magnificando as suas qualidades comunicativas estão se referindo a essa *koiné*. Apesar de ser denominada como a língua dos Ingas ou de Cuzco, não era a variante dialetal cusquenha, os traços que apresenta não correspondem a esse dialeto. A hipótese de Torero (1968) é que essa língua procedente do litoral, foi adotada pelos cusquenhos, mas como esses eram rigidamente falantes da família aru (aimara/ puquina) deixaram na variante cusquenha traços considerados 'estranhos' pelos outros dialetos, por exemplo, séries de consoantes aspiradas e glotalizadas, que os diferenciam do resto e os tornam "escuros e de difícil compreensão"

(Torero, 1968). Muito diferente do dialeto cusquenho, a chamada língua geral tinha as características dialetais Chinchay. Ao se referir à língua geral, Cieza de León disse: *era de gran comprensión y clara*”, enquanto testemunhas dizem que a língua falada pela corte cusquenha “*era a más oscura de todas.*”

Consolidada a Conquista, uma das primeiras conseqüências da desintegração política do Império se faz sentir no campo das línguas. Os cronistas assinalam, no início do século XVII, o abandono da língua geral e a volta de diferentes grupos étnicos às suas “*lenguas particulares*”. A representação babélica pós- conquista, no entanto, deve ser relativizada; nem havia existido uma completa unidade lingüística, nem era o dialeto cusquenho, “língua cortesã”, a base dessa língua geral. A língua castelhana passava, em princípio, a desempenhar a função de língua oficial, isto é, língua de administração, burocracia, justiça, catequese. Ela se assenta nas áreas litorâneas do Pacífico, no espaço em que as culturas pré-hispânicas já estão desmanteladas e naqueles espaços onde estão sediadas as principais cidades de fundação espanhola.

Entretanto, a expansão da língua geral, nos séculos XVI e XVII, continua nas áreas do altiplano, no interior, até o noroeste argentino, em que continua como uma língua de relação (Torero, 1968). Ocorre que deixa de ser a língua das ‘cortes’ provincianas, perde seu prestígio para o castelhano, mantendo-se, porém, como uma língua de comunicação interna até para os espanhóis. Os centros povoados, centros mineiros, as reduções constituem focos de homogeneização lingüística não só do quechua, mas de uma outra importante língua andina, porém de muito menos peso demográfico, o aimara, outra língua geral. Cidades de pequeno ou porte médio serranas, centros de trabalho e lugares de encomienda desempenham um papel importante no processo de estandardização lingüística.

Entretanto, o agenciamento de propagação religiosa é um dos lugares em que a política lingüística se mostra mais consistente. Se bem a *lengua general* servia para diversos tipos de interação, inclusive a catequética, a variedade de língua proposta para a escrita não será essa língua. O III Concilio Limense se propõe uma língua que tivesse as características de ser geral, de fácil compreensão, condição preenchida pela língua geral, porém, devia ter *propriedade*, especialmente para expressar o ideário doutrinário cristão e verter a retórica dos sermões e da liturgia.

Assim, como essa língua ‘ideal’ não existia, ela foi ‘criada’ por decisão dos tradutores do Concílio, seguindo as características de normatização lingüística ibérica. À maneira da padronização da escrita em língua espanhola que tinha sido feita a partir da variante toledana, a composição *do modelo* arquetípico da língua quechua se faz a partir da variante cusquenha, que ideologicamente é representada como a língua do centro de poder, ou das elites. Porém, deve passar por um processo de depuração das ‘*exquiciteces*’,² formas arcaizantes e *obscuridades*. A partir desses princípios se realiza um *planejamento de corpus* que caracteriza uma intervenção na qual se constrói um arquetipo da língua. Desta forma, o processo de planejamento produziu uma língua escrita que não se identificava totalmente com nenhuma das línguas faladas pelos povos andinos. Entretanto, era uma língua que podia ser lida, por setores ‘ilustrados’ tanto do clero quanto das autoridades e,

² O termo ‘*exquiciteces*’ significa, no castelhano do século XVI, a qualidade daquilo que é estranho, excêntrico, extravagante.

ainda, índios ‘ladinos’, sendo que essa leitura podia ser compreendida ao longo de todo o extenso território. A proposta de uma escrita hipodiferenciada apresenta a tendência a unificar um sistema de representação que possa resolver as diferenças dialetais. Junto com a imposição de uma versão/ uma língua, o Concílio impõe normas ortográficas que serão seguidas até o século seguinte. Desta forma, a fragmentação dialetal pareceria resolvida pelos tradutores da Doutrina, no nível da escrita.

Essa língua, ‘universal’ ao mundo quechua e depurada de suas ‘imperfeições’, não só serve para traduzir o discurso catequético, mas também para a produção de discursos jurídicos.

(Cerrón-Palomino, 1992)

A tarefa da tradução do material catequético para a língua geral segue os moldes toledanos acrescidos dos cuidados inquisitoriais no que a Doutrina cristã se refere. O documento “Epístola da Tradução”, dentro do Concílio, cria normas para controlar a qualidade ideológica e lingüística das traduções, e propõe que para fazê-las: *se haga juntas de lenguas de personas doctas y religiosas para que de cõnformidad se haga la traducciõ de este mismo Catecismo.*” Assim como “*está ordenado que se use solamente de las traducciones aprovadas por este Concilio provincial.*”

POLÍTICA E HEGEMONIA

A tarefa de uniformização proposta pelo III Concilio Limense tenta controlar não só a diversificação pastoral mas, sobretudo, implica uma intervenção no *planejamento* da língua. A política homogeneizante - uma língua, uma versão - exige tomar decisões frente a esse conjunto de diversidades. Cem anos após a conquista, as atividades impulsionadas pelas instâncias do poder colonial, no caso da Igreja, preenchem as condições que caracterizam uma política da linguagem em três áreas: na área ‘externa’, na área ‘interna’ e no campo pedagógico. Na área ‘externa’, foram definidos os papéis de cada língua no contexto multilíngüe. A determinação dos usos e funções das línguas gerais no âmbito público guarda relação com a criação de um conjunto de discursos eclesiásticos, jurídicos, eruditos que legitimam esse *status*. Na área ‘interna’ são estabelecidas normas gramaticais, elaborados dicionários, alfabetos dessas línguas. E, por último, no campo pedagógico, de acordo às duas áreas anteriores, são estabelecidas metas, quanto a programas e metodologia de ensino. (Ninyoles, 1976). A formação de *línguas* (tradutores), os currícula das escolas para filhos de caciques e a criação das cátedras de línguas indígenas nas Universidades Americanas (1580) no Perú e no México, através de Cédula Real (Carta Régia) referenda o prestígio que alcançaram essas línguas e, ao mesmo tempo, cria um espaço de debate dessa produção.

A construção de um discurso destinado a legitimar o status de língua ‘completa’, isto é, com todas as funções sociais, incluídas as mais elevadas da língua, é uma das estratégias usadas pelo frei dominicano Domingo de Santo Tomás. No oferecimento da Gramática Quechua ao rei Felipe II disse:

[oferece]”este arzeillo [...] para que por él veais [...] quan falso es lo que muchos os han querido persuadir ser los naturales de los reynos del Perú bárbaros & indignos de ser tratados con la suavidad y libertad que los demás vasallos vuestros son.] Lo qual V.M claramente conoscerá ser falso si viere por esta Arte la gran policia que esta lengua tiene, la abundancia de vocablos, la conveniencia que tienen con las cosas que significan, las maneras diversas y curiosas de hablar, el suave y buen sonido al oído dela pronunciación della, la facilidad para escrivirse con nuestros caracteres y letras; quan fácil y dulce sea a la pronunciación de nuestra lengua el estar ordenada y adornada com propiedad y declinación” No Prólogo da Gramática, fala com aidentificação afetiva de um nativo.

Podem ser reconhecidos, nesse discurso, os valores de erudição próprios das línguas de Estado, línguas de poder. Uma língua que tem arte, vocabulário, etc., tem sujeitos falantes e enunciadores de discursos eruditos é digna do *status* de uma verdadeira língua, que serve para identificar-se. A atribuição de valores, em princípio conferidos às línguas (c/ estado) européias, são transferidos agora para essas línguas gerais.

Essa representação poderia levar a pensar num prestígio indiscriminado das línguas indígenas.

Nem todas as línguas foram estudadas por igual, muitas delas desapareceram, seja por extermínio genocida dos seus falantes, seja por deslocamento lingüístico. Para encaminhar os problemas de comunicação interna, mais do que acadêmicas as decisões políticas, nas mais diversas instâncias, são as que darão uma feição ao processo. A realidade sociolingüística produzida pela Conquista resultará, a médio prazo, em uma situação descrita por Tovar (apud Solano 1991) como: “utilização da língua invasora pelos índios, utilização das línguas gerais pelos conquistadores e missionários e pelos falantes de línguas minoritárias”. O bilingüismo individual, nessa situação histórica de multilingüismo, será uma das formas de ordenar a máquina social.

As determinações políticas oscilantes da legislação da Coroa espanhola, no século XVI, podem ser caracterizadas, como propõe Anderson, como *um processo não intencional, em grande medida não planejado*, pelo menos no início, que não obedece a nenhum ponto de vista nacionalista. A legislação das línguas interage com a experiência catequística, registrada nos documentos que originam as *cédulas* e *ordenanzas*, tentando responder a cada situação. A decisão política de castelhanizar segue o modelo peninsular dos Reis Católicos que, no final do século XV e início do XVI, tinham investido em um projeto de unificação frente aos outros reinos ibéricos, em que a língua castelhana desempenha um relevante papel de coesão nacional. Porém, na América, depois da imposição do ensino de castelhano aos índios com medidas repressivas contra as suas línguas em 1550, se segue uma revogação dessa cédula e, em 1565, Carlos I passa a exigir que os missionários aprendam a língua de cada grupo indígena a seu cargo. Em 1570, Felipe II declara as línguas indígenas *vehículos de catequese*. Respondendo às ‘bases’ administrativas e às recomendações dos especialistas, o Estado espanhol acaba aceitando as línguas gerais como relativamente ‘suas’ na medida em que parte de sua administração, compreendida a tarefa da catequese, deverá ser feita nessas línguas. Com o objetivo de estabelecer uma infra-estrutura para a institucionalização do ensino e reprodução da *lengua general*, no sentido de profissionalizar o trabalho lingüístico, criam-se cátedras, instituem-se exames de línguas indígenas como requisito na atuação missionária. A obrigatoriedade do conhecimento da língua indígena para o exercício sacerdotal, marca, assim uma escolha política.

LÍNGUAS E MODERNIDADE

Longe do século XVI, no século XIX, no processo de formação dos estados nacionais, se consolida nos países industrializados da Europa a revolução burguesa e, com ela, as bases político- filosóficas do ideário que a compõem. Na América, uma vez sedimentado o conturbado processo independentista, as Assembléias Constituintes se dedicam a debater, entre outras coisas, os “direitos à cidadania”. É difícil achar alguma referência direta à questão lingüística e esse silêncio é significativo, a língua castelhana é ‘naturalizada’ como a língua da cidadania. Os projetos políticos “criollos” excluem de sua utopia nacional qualquer resquício de indianidade

Os Estados nascentes não só expulsam da nacionalidade as línguas indígenas como esboçam uma proposta política, declarando uma guerra sem fim contra elas. As primeiras Constituições dos países andinos contêm propostas educativas que refletem essa ideologia, as línguas indígenas carregam o estigma do atraso e a língua espanhola simboliza a chave da modernidade. Uma campanha contra a ignorância, natural dos índios, só pode ser superada com o ensino generalizado do castelhano. As Constituições da década de 30 explicitam seu repúdio às línguas indígenas e traçam as bases do projeto de sua extirpação e a obrigatoriedade do espanhol como língua de instrução.

A discussão acadêmica sobre a institucionalização do Castelhana como língua de Estado tem alguns elementos significativos no debate das recém-formadas nações hispano-americanas.

No século XIX, Andrés Bello³, uma das figuras emblemáticas desse debate, propõe não só o ensino de espanhol mas discute questões de normatividade e principalmente de unidade da língua. Quando se coloca como um dos mais ardentes defensores da “pureza da língua”, se mostra intransigente contra os barbarismos numa investida contra os bilingües mestiços. O medo da fragmentação reproduz o modelo latino de ‘desagregação’ em que cabe esse papel às línguas indígenas. As políticas de hegemonização e homologação em geral atingem tanto as variedades da língua nacional quanto as línguas indígenas.

Esta visão histórica, não cronológica, ainda que desordenada, pode nos permitir reconhecer no nosso cotidiano a interação dos dois extremos desses discursos oscilantes. Num extremo, as constituições modernas latino-americanas definem a diversidade lingüística como “patrimônio da humanidade” num discurso político proveniente das reflexões do meio acadêmico - Ciências Sociais, Lingüística - dialogando com o discurso do III Concílio. Na produção descritiva especializada das universidades, cada língua é tratada como um arquivo da experiência humana em que se acumula uma série de ‘saberes’, relembrando as grandes figuras dos ‘lingüistas’ dos séculos XVI e XVII.

³ Andrés Bello, venezuelano realizou importantes descrições gramaticais e desempenhou funções políticas, entre as quais a de ministro da Educação no Chile. No uso de suas atribuições políticas, empenhou-se especialmente no ensino do castelhano em âmbito escolar, tendo adotado uma posição extremamente normativa.

No outro extremo, a representação das línguas ameríndias como línguas que *tienen una gran penuria de palabras, porque como bárbaros*[los índios] *carecian del conocimiento de estos conceptos.* (*Procuranda Indorum salute, 1588*) se reedita no senso comum, especialmente quando se afirma que não fazem parte das línguas de cultura. Valoração estendida aos falantes de certas variantes da língua nacional. Da mesma forma que a política lingüística intervém em toda a organização social, tanto em sociedades monolíngües quanto em sociedades multilíngües, o senso comum distribui os seus critérios valorativos.

Para terminar, para discutir as relações entre língua nacional e língua indígenas, é importante levar em consideração que os grupos étnicos são organizações socioculturais inseridas no marco das formações nacionais, não estão isoladas, como as vezes são representadas. A sua história não é independente dos processos históricos nacionais e regionais. Nesse sentido, a língua e a cultura (culturas) nacional estão presentes, de diversas formas, em todos os espaços desses grupos étnicos, mesmo onde a língua indígena é predominante. Dessa forma, o bilingüismo social é a forma de se relacionar com a sociedade nacional (Hamel, 1988: 48).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. (1989). *Nação e Consciência Nacional*. Editora Ática: São Paulo.
- CERRÓN PALOMINO, Rodolfo. (1992). Diversidad y unificación léxica. In: *El quechua en debate Ideología normalización y enseñanza*. Centro de estudios Bartolomé de las Casas: Cusco.
- GUAMÁN POMA [DE AYLA], Felipe. (1987). *Nueva Crónica y buen gobierno*. [1616] Historia 16: Madrid.
- HAMEL, Rainer Enrique. (1988). La política del lenguaje y el conflicto interétnico – Problemas de investigación sociolingüística. In: *Política Lingüística na América Latina*. Pontes: Campinas.
- NINYOLES, Rafael Luis. (1976). *Idioma y poder social*. Tecnos: Madrid.
- PARKER, Gary. (1963). La clasificación genética de los dialectos quechuas. *Revista del Museo Nacional*, XXXII. Lima.
- RODRIGUES, Aryon. (1997). Descripción del tupinambá en el período colonial: El ‘Arte’ de Anchieta. In: *La descripción de las lenguas amerindias en la época colonial*. Vervuert, Iberoamericana. Frankfurt.
- SANTO TOMÁS, Fray Domingo. (1995). *Grammatica: o Arte de la lengua general de los indios de los reynos del Perú*. [1560] Centro de estudios regionales Bartolomé de las Casas: Cuzco.
- SOLANO, Francisco. (1991). *Documentos sobre Política Lingüística en Hispanoamérica – 1492-1800*. Consejo Superior de Investigaciones Científicas: Madrid.
- TORERO, Alfredo. (1964). Los dialectos quechuas. *Anales Científicos de la Universidad Agraria*, nº 2. Lima.
- _____. (1968). *La historia social del Quechua*. Universidad Ricardo Palma: Lima.